



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA



AUDRIA DOS SANTOS OROZIMBO

RUGBY EM CADEIRA DE RODAS: O DESENVOLVIMENTO DA  
MODALIDADE PARALÍMPICA NO BRASIL

CAMPINAS

2019

AUDRIA DOS SANTOS OROZIMBO

Rugby em Cadeira de Rodas: O Desenvolvimento da Modalidade Paralímpica  
no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Graduação da Faculdade  
de Educação Física da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção  
do título de Licenciada e Bacharela em  
Educação Física.

**Orientadora:** PROF.<sup>a</sup> DRA. MARIA LUIZA TANURE ALVES

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A  
VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA  
DEFENDIDA PELA ALUNA: AUDRIA  
DOS SANTOS OROZIMBO E ORIENTADA  
PELA PROF.<sup>a</sup> DRA. MARIA LUIZA TANURE ALVES.

Campinas

2019

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação Física  
Dulce Inês Leocádio - CRB 8/4991

Or6r Orozimbo, Audria dos Santos, 1995-  
Rugby em cadeira de rodas : o desenvolvimento da modalidade paralímpica no Brasil / Audria dos Santos Orozimbo. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Maria Luíza Tanure Alves.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Rugby em cadeira de rodas. 2. Esporte paralímpico. 3. Pessoas com deficiência. I. Alves, Maria Luíza Tanure. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Palavras-chave em inglês:**

Wheelchair rugby

Paralympic sport

Disabled person

**Titulação:** Licenciada e Bacharela

**Banca examinadora:**

Luis Fernando Sper Cavalli

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 03-07-2019

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Maria Luiza Tanure Alves  
**Orientadora**

Luis Fernando Sper Cavalli  
**Banca examinadora**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por tudo. Por ter me dado forças quando eu precisei, por ter se mostrado presente em todos os momentos, por me ajudar a tomar decisões, por ter me guiado nessa estrada.

Agradeço minha mãe Rosely e meu pai Izac, por me apoiarem durante essa trajetória. Vocês são as pessoas mais importantes e eu sou muito grata por todo amor, carinho, apoio e incentivo que vocês me dão.

Agradeço minhas irmãs, Juliane e Ana Julia, pelo apoio e incentivo. Por todos os momentos que me ajudaram de alguma forma nessa etapa. Eu aprendi junto com vocês e olha só, como nós amadurecemos. Obrigada irmãs.

Agradeço meu namorado, por todo apoio, incentivo, amor, paciência, trabalhos juntos, enfim por compartilhar esses anos de faculdade comigo, literalmente rs. Nós crescemos juntos.

Agradeço minha orientadora, professora Malu, por ter me orientado com seu conhecimento e sinceridade no desenvolvimento desse trabalho, além de toda paciência que teve comigo durante esse processo. Agradeço todo o apoio nesta caminhada.

Agradeço aos amigos que fiz durante esses anos. Grata pelos momentos de risadas, descontração, de estudos e trabalhos, por todo apoio.

Agradeço a FEF, que foi minha casa durante muitos anos. Aos professores por compartilharem seus conhecimentos e aos funcionários com quem sempre pude contar e conversar.

DOS SANTOS OROZIMBO, Audria. Rugby em cadeira de rodas: o desenvolvimento da modalidade paralímpica no Brasil, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

## **RESUMO**

Esse estudo teve como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento do Rugby em Cadeira de Rodas, uma modalidade paralímpica que surgiu como uma alternativa ao basquete em cadeira de rodas. A modalidade surgiu no Brasil no ano de 2005 sendo, portanto, relativamente nova no país. Porém, mesmo não sendo tão conhecida, a modalidade está atingindo grandes feitos. Essa, é uma modalidade mista e dentre os atletas elegíveis, a maioria possui lesão medular. No estudo também foi abordada a diferença entre esporte adaptado, esporte paralímpico e atividade física adaptada e um histórico sobre a origem do esporte adaptado e paralímpico e como ocorreu o desenvolvimento no Brasil.

**Palavras-chave:** Rugby em cadeira de rodas; Esporte paralímpico; Rugby em cadeira de rodas no Brasil; Pessoa com deficiência

DOS SANTOS OROZIMBO, Audria. Wheelchair Rugby: The development of the Paralympic modality in Brazil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

### **ABSTRACT**

This study aimed to present the process of development of Wheelchair Rugby, a paralympic modality that emerged as an alternative to wheelchair basketball. The modality appeared in Brazil in the year of 2005 being, therefore, relatively new in the country. However, even though it is not as well known, the sport is achieving great achievements. This is a mixed modality and among the eligible athletes, the majority have spinal cord injury. The study also addressed the difference between adapted sport, paralympic sport and adapted physical activity, and a history of the origin of adapted and paralympic sports and how development occurred in Brazil.

**Keywords:** Wheelchair Rugby; Paralympic Sport; Wheelchair Rugby in Brazil; Disabled person

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. CONCEITOS DE: ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA; EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA; ESPORTE ADAPTADO</b> .....	5
<b>3. ESPORTE PARALÍMPICO</b> .....	10
3.1 Histórico.....	10
3.2 Esporte Paralímpico no Brasil.....	12
3.3 Classificação funcional.....	17
<b>4. RUGBY EM CADEIRA DE RODAS</b> .....	20
4.1 Origem .....	20
4.2 Classificação funcional.....	22
4.3 Jogo .....	24
4.4 Rugby em Cadeira de Rodas no Brasil .....	27
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

Devido à imensa quantidade de estudos sobre a prática de atividades físicas, é irrefutável a ideia dos efeitos benéficos que estas proporcionam. Reabilitação, estímulo à autonomia, elevação da autoestima, socialização e inclusão social são alguns dos benefícios da prática de atividades físicas adaptadas para pessoas com deficiência.

A prática da atividade física, engloba diversas atividades como, aquáticas, rítmicas e expressivas, de jogos, de lutas e de esportes cuja organização baseia-se em interesses e capacidades de indivíduos (CASTRO, 2007). E podem ser praticadas por pessoas com deficiência e por pessoa sem deficiência em diferentes contextos e ambientes, como na escola, para o treinamento visando desempenho e competição, entre outros.

O esporte adaptado pode ser praticado tanto por pessoas com deficiência quanto por pessoas sem deficiência, pois é baseado em modalidades que são adaptadas de esportes já existentes como Judô, Tiro esportivo, Natação, Atletismo etc., com exceção do Goalball, que foi criado para ser jogado por pessoas com deficiência visual (COSTA, WINCKLER, 2012).

O esporte adaptado está se tornando conhecido e praticado por um número cada vez maior de pessoas. Isso se deve ao fato de uma maior oferta através de propostas e campanhas de massificação, exemplo disso são as Paralimpíadas Escolares, um evento promovido para atletas com deficiência em idade escolar, promovido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2019).

O esporte paralímpico está relacionado ao rendimento e a competição. É praticado apenas por pessoas com deficiência, pois exige um processo de classificação esportiva (médica ou funcional), que torna os atletas elegíveis ou inelegíveis para prática esportiva. O programa paralímpico compõe vinte e duas modalidades nos Jogos Paralímpicos de Verão e cinco dos Jogos Paralímpicos de Inverno, sendo cada modalidade responsável pela forma de classificação dos atletas. Ou seja, um atleta pode ser elegível em uma modalidade, mas inelegível em outra por exemplo (FREITAS, SANTOS, 2012).

O esporte pode ser considerado através de diversos ângulos e em diferentes formas de manifestação como: Esporte Saúde, Esporte Lazer, Esporte Educacional e Esporte Rendimento (COSTA, WINCKLER, 2012).

O Esporte Saúde tem foco maior em exercícios físicos voltados para ação terapêutica, e pode ter como finalidades a prevenção, a reabilitação ou manutenção da saúde do praticante. A reabilitação abrange aspectos funcionais, psíquicos, educacionais, sociais e profissionais. No entanto, quando há o uso do termo reabilitação de pessoas com deficiência, a intencionalidade pode ser direcionada tanto a restauração de funções fisiológicas, quanto pode vincular-se ao processo de participação social da pessoa com deficiência. As ações de reabilitação visam o desenvolvimento de capacidades, habilidades e recursos pessoais com o objetivo de promover a maior independência possível em atividades da vida diária e proporcionar maior integração social das pessoas com deficiência, frente à diversidade de condições e necessidades (COSTA, WINCKLER, 2012; CARDOSO, 2011).

O Esporte Lazer, utiliza-se do esporte como atividade recreativa e como forma de ocupação do tempo livre através de atividades que deem prazer e satisfação ao praticante. No entanto, essa questão torna-se diferente para a pessoa com deficiência pela falta de espaços preparados e adaptados para recebê-las. Por essa razão, é necessário que se tenha mais espaços de lazer para as pessoas com deficiência de forma a garantir sua acessibilidade a locais que também são seus por direito enquanto cidadãos (COSTA, WINCKLER, 2012; BARROZO, 2012).

O Esporte Educacional atenta-se para o processo de ensino-aprendizagem. O esporte educacional surge para que as limitações e dificuldades que se apresentam no decorrer do desenvolvimento da pessoa com deficiência sejam amenizadas e que as capacidades e potencialidades sejam reconhecidas e estimuladas (COSTA, WINCKLER, 2012). Com a inserção de atividades de recreação, esporte, dança, atividades aquáticas, entre outras, vivências de movimentos corporais permitirão o desenvolvimento bio-psico-físico-social a essas pessoas. Borges (2007) desenvolveu jogos psicomotores

para alunos com deficiências a fim de proporcionar a vivência do futebol adaptado e basquete adaptado e percebeu melhoras significativas nas áreas afetiva, social e psicológica.

O Esporte Rendimento tem como objetivo principal, o desempenho, as competições e os resultados. Nesse contexto, ocorre a busca do rendimento máximo no que diz respeito à aspectos biofísico, psicológico e sociológico. Isto faz com que o esporte de alto nível apresente características que o tornam seletivo, oferecendo oportunidade a um número reduzido de participantes. O desempenho atlético é associado com ganhos significativos não só na capacidade física e manutenção de independência, mas também para a saúde mental, incluindo a percepção de competência e identidade pessoal. Além de que, o ambiente esportivo permite ao indivíduo superar a deficiência e a baixa autoestima. Para a maioria dos atletas, o envolvimento e o sucesso da participação no esporte paralímpico estão associados com a autoestima positiva e melhora da imagem corporal (BRAZUNA, MAUERBERG-DECASTRO, 2001).

Diante do exposto, Labronici et al. (2000) cita que o esporte como atividade física, para pessoas com deficiência tem alguns fatores que devem ser levados em consideração, tais como: integração social; atividade não passiva e sim mais ativa; independência nas atividades propostas; competitividade; grupos de atividades; atividades individuais; concentração e coordenação; regras. Nos quais as pessoas desenvolvem: sentimento e vontade de melhorar o seu mundo, provando para si mesmo e para a sociedade que são capazes de terem soluções para suas maiores dificuldades ou barreiras, permitindo-lhes melhor identidade na sociedade.

O tema principal do estudo, está inserido no contexto do esporte rendimento, onde a busca pelo desempenho é uma das características principais. O Rugby em Cadeira de Rodas, é um esporte paraolímpico onde homens e mulheres com deficiência jogam juntos, a grande parcela possui lesão medular. No entanto, a modalidade abrange pessoas com outros quadros de deficiência equivalentes ao de tetraplegia. Essa modalidade chegou ao Brasil em 2005 e tem crescido desde então. Atualmente o país possui diversas equipes

que participam em campeonatos regionais, estaduais, nacionais e a seleção que representa o país em campeonatos internacionais, como o Campeonato Mundial ou Paralimpíadas.

No decorrer desse trabalho, serão apresentados os conceitos de: Atividade Física Adaptada, Educação Física Adaptada, Esporte Adaptado e Esporte Paralímpico. O Esporte Paralímpico será apresentado com o objetivo de informar suas origens, internacionalmente e no Brasil e como se configura o cenário atual, bem como, apresentar como funciona sua estrutura organizacional no Brasil. Também será apresentada a modalidade paralímpica, Rugby em Cadeira de Rodas, onde será abordado suas origens, no cenário mundial e no Brasil, quais as deficiências que tornam uma pessoa elegível para prática da modalidade, como é o jogo, quais são as principais regras, os principais eventos que ocorrem no Brasil e no mundo e a entidade responsável pela modalidade no Brasil.

## **2. CONCEITOS DE: ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA; EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA; ESPORTE ADAPTADO**

A Atividade Física Adaptada (AFA) pode ser considerada como uma área de conhecimento dentro da Educação Física. Nela, são abordadas diferentes práticas corporais, tais como: ginástica, dança, jogos, esporte etc., ou seja, conteúdos relacionados à prática de atividade física, para pessoas com deficiência ou grupos especiais (ALVES et. al., 2017; GORGATTI, COSTA, 2005). Ao longo do tempo, essa área de conhecimento se desenvolveu com diferentes terminologias, tais como, educação física corretiva, educação física preventiva, atividade motora adaptada entre outras, entretanto, apesar da área ter se desenvolvido há tempos, foi após 1980 que o termo Atividade Física Adaptada passou a ser reconhecido internacionalmente (ALVES et. al., 2017).

Araujo (2011, p. 64) aponta Atividade Física Adaptada como uma adequação de meios (formas de ensino, materiais, própria atividade etc.) que possibilita que quem não consegue usar os meios convencionais, por impossibilidade ou ausência, possa executar ou praticar uma tarefa ou atividade. Desta forma, pode-se considerar a AFA como uma área de conhecimento que está relacionada com a promoção da saúde, de um estilo de vida ativo, de reabilitação e que, através da prática de movimento, possibilita que as pessoas com deficiência ou grupos especiais utilizem e desenvolvam suas habilidades e capacidades, além disso, facilita e promove a inclusão.

No contexto escolar e nos estudos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência nesse ambiente, usualmente, utiliza-se o termo Educação Física Adaptada, que também é reconhecido como uma subárea de conhecimento da AFA (ALVES et. al., 2017). Em seu estudo, Silva (2008 p. 28) aponta que, “o conteúdo da Educação Física Adaptada é o mesmo da Educação Física, ou seja, o jogo, o esporte, a dança, as lutas, a ginástica sendo levado em consideração o potencial de desenvolvimento do indivíduo e não a deficiência propriamente dita”, dessa forma, o que difere é a adaptação de uma metodologia específica ou ambiente específico.

Um dos conteúdos que podem ser trabalhados na Educação Física é o esporte. Sendo, portanto, uma das possibilidades de prática corporal para pessoas com deficiência. O esporte é empregado tanto no contexto escolar, bem como em outros contextos e com outros objetivos, como, a prática visando o rendimento, a prática visando saúde (como forma de reabilitação, prevenção ou manutenção) e a prática por lazer (como forma de ocupação do tempo livre, obtenção do prazer ou forma de participação social).

Atualmente, o termo comumente utilizado para se referir à prática de esportes, por pessoas com deficiência ou grupos especiais é: Esporte Adaptado (EA). Porém, Silva (2008, p. 35) notou que a nomenclatura relativa ao Esporte Adaptado não está tão clara na literatura. Algumas das nomeações usadas são: esporte para deficientes, paradesporto, atividade física especial, esporte para portadores de deficiência entre outras. Simim (2018 p. 3) aponta que a termo “Esporte Adaptado” é utilizado apenas no Brasil e consiste na possibilidade de prática esportiva para pessoas com deficiência, devido a modificações relacionadas às regras da modalidade ou a maneira como a modalidade se desenvolve.

No mesmo sentido, Araujo (2006) citado por Silva (2008, p. 32), aponta que o termo desporto adaptado, refere-se a procura por uma adequação de modo a atender as necessidades de cada pessoa ou de um grupo de indivíduos através algum tipo de alteração na sua estrutura, mudando, portanto, o que o impedia de praticar o esporte da maneira convencional. Se o esporte sofreu uma adaptação, significa que ele já é de conhecimento da população. Esse conhecimento está relacionado às regras específicas e a sua prática (ARAUJO, 2011).

Castro (2005), afirma que no EA, a adaptação significa modificação, ajuste ou acomodação de aspectos físicos, como: equipamentos, locais e materiais. E também, adaptações e ajustes com relação aos procedimentos, como: regras e na organização de determinada modalidade ou evento esportivo. Winnick (2004, p.6) contribui e caracteriza o Esporte Adaptado como sendo “esporte modificado ou criado para suprir as necessidades especiais dos

portadores de deficiência”. O autor afirma que o EA pode ser praticado em ambientes integrados, onde pessoas com deficiência interagem com pessoas sem deficiência, ou em ambientes nos quais a participação esportiva envolve apenas pessoas com deficiência.

Em seu estudo, Silva (2008) acredita que mesmo com nomeações diferentes, todas referem-se a um único contexto, através do esporte, tornar a pessoa com deficiência mais ativa, melhorar a qualidade de sua saúde, melhorar suas funções motoras bem como promover a inclusão. Desta forma, o EA pode ser usado como parte de programas de terapia recreativa, corretiva, esportiva ou de bem-estar, tal como, para reabilitação física, psicológica e social.

Os programas de EA são realizados em vários ambientes e padrões de organização e com propósitos distintos. Logo, a finalidade de um programa deve ser coerente com o objetivo do órgão ao qual está ligado (WINNICK, 2004). Geralmente o esporte é dividido por grupos de deficiência específicos nos quais cada grupo tem história, organização, programa de competição e abordagem ao esporte diferentes. Existem movimentos esportivos específicos para pessoas surdas, para pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência visual e para pessoas com deficiência intelectual (SIMIM, 2018).

Com o avanço da inclusão, Paciorek (2004) afirma que houve um aumento na quantidade de organizações que oferecem programas esportivos para pessoas com deficiência. As organizações podem ser classificadas como: poliesportiva ou monoesportiva.

As organizações poliesportivas são as que promovem treinamento e competições em vários esportes para pessoas com alguma deficiência específica. Por exemplo, a Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Intelectuais (ABDEM), que oferece Atletismo e Natação para pessoas com deficiência intelectual e a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) que proporciona Judô, Goalball e Futebol de 5 para pessoas com deficiência visual (PACIOREK, 2004; SCHEID, ROCHA, 2012).

As organizações monoesportivas oferecem a participação em uma única modalidade, tanto para pessoas com uma deficiência quanto para pessoas com deficiências múltiplas. Por exemplo: a Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), para pessoas tetraplégicas; Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas (CBBC), para pessoas com deficiência física; Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), para pessoas com diferentes deficiências como amputações, tetra e paraplegia, paralisia cerebral e deficiência visual e Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CBVA), para pessoas com deficiências físicas e visuais (PACIOREK, 2004; CIVATTI, 2012; VALENTIM, CHIARELLO, 2012; MARQUES, ALVES, 2012; SCHEID, ROCHA, 2012).

Com o tempo, o esporte adaptado ganhou muitos adeptos, diferentes modalidades foram adaptadas e novas modalidades surgiram, diferentes tipos de deficiências ganharam espaço dentro das práticas esportivas e conseqüentemente a competição tornou-se evidente (CARDOSO, GAYA, 2014). Pode-se considerar o Esporte Paralímpico como o principal meio de divulgação do Esporte Adaptado, que tem os Jogos Paralímpicos como o principal evento a nível mundial.

Embora a palavra Paraolímpico tenha sido associada como uma combinação de pessoas paraplégicas com o olímpico, essa não é considerada a versão oficial para a origem da palavra Paraolímpico. Segundo o IPC, a palavra Paraolímpico é uma associação entre o prefixo “para”, que significa paralelo e a palavra “olímpico”, que representa a condição paralela entre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos desde 1960 (MARQUES et. al, 2009; PARSONS, WINCKLER, 2012).

Em 2011, o IPC determinou que os Comitês Paralímpicos Nacionais, adotassem a mudança na terminologia da palavra paraolímpica, que foi substituída para paralímpica, como é utilizada atualmente. A letra “o” foi suprimida para adequar a terminologia usada em todos os países de língua portuguesa e padronizar mundialmente a escrita (PARSONS, WINCKLER, 2012) portanto, os termos padronizados são: Comitê Paralímpico Brasileiro, Jogos Paralímpicos e Paralimpíadas.

O termo Esporte Paralímpico (na época, Esporte Paraolímpico), ganhou força após 1960, quando aconteceu a nona edição dos Jogos Internacionais de Stoke Mardeville, que posteriormente, passou a ser considerado como os primeiros Jogos Paralímpicos. Araújo (2006) citado por Silva (2008), indica que são denominados Desportos Paralímpicos, aquelas modalidades que são reconhecidas e apresentadas em eventos desenvolvidos pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

A principal diferença entre o Esporte Adaptado e o Esporte Paralímpico é que no primeiro, as modalidades esportivas foram adaptadas para que pessoas com necessidades específicas pudessem praticá-las. No segundo, são modalidades que compõem o quadro de esportes paralímpicos, sendo, portanto, disputadas nos Jogos Paralímpicos, e em sua maioria são praticadas apenas por pessoas com deficiência, no entanto, pessoas sem deficiência, como por exemplo, o goleiro do Futebol de 5, o calheiro da Bocha, o guia do Para-Atletismo e o ciclista guia do Paraciclismo, também participam.

### **3. ESPORTE PARALÍMPICO**

#### **3.1 Histórico**

Desde o final do século XIX e início do século XX, o esporte é praticado por pessoas com deficiência (PARSONS, WINCKLER, 2012). Os primeiros registros de esporte adaptado datam do ano de 1871, em que a School of Deaf, de Ohio, Estados Unidos, foi a primeira escola para surdos a oferecer beisebol (WINNICK, 2004).

Pode-se dizer que a sistematização do esporte adaptado começou através dos surdos, pois no início do século XX, a escola Wisconsin oferecia basquete e havia competição entre as escolas de surdos e também com escolas regulares. A primeira competição internacional aconteceu em 1924, na França, e foi denominada Jogos do Silêncio. Eles também foram os primeiros a terem clubes esportivos (há relatos de clube de surdos na França) e a formarem uma federação, o Comitê Internacional de Esportes para Surdos – CISS. (PASINI, 2010; WINNICK, 2004; PARSONS, WINCKLER, 2012). Há também, relatos de competições de pessoas cegas e pessoas com amputação no começo do século XX (PARSONS, WINCKLER, 2012).

Os primeiros documentos esportivos apontam que o esporte adaptado teve início na Alemanha, em 1918. Nos registros consta que um grupo de soldados alemães, que ficaram com deficiências físicas após a guerra, reuniam-se para praticar tiro e arco e flecha. Ainda que não registrado, as pessoas com deficiência estavam praticando esportes, pois aos poucos vão surgindo associações, como por exemplo, em 1932, na Inglaterra, onde jogadores de golfe de um braço só formaram uma associação (PASINI, 2010).

Um dos grandes impulsionadores para que o esporte para pessoas com deficiência se tornasse o que é hoje, foi o neurocirurgião Dr. Ludwig Guttman. Em 1944, ele começou a trabalhar na Unidade de Lesões Medulares de Stoke Mandeville (PARSONS, WINCKLER, 2012). Nesse período pós II Guerra Mundial, havia muitos soldados que sofreram amputações e outras deficiências

físicas e foi nesse cenário, que o Dr. Guttman começou a usar o esporte como parte do processo de reabilitação.

O primeiro evento esportivo realizado em Stoke Mandeville foi uma demonstração de Arco e Flecha que aconteceu em 1948, no mesmo dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Londres. O evento contou com dezesseis atletas (MIRANDA, 2011). Miranda (2011), relata que após a primeira edição dos Jogos de Stoke Mandeville, os jogos esportivos para lesados medulares aconteciam anualmente. A primeira participação de uma equipe estrangeira nos Jogos de Stoke Mandeville aconteceu em 1952, com uma equipe holandesa de quatro paraplégicos. No início os Jogos de Stoke Mandeville eram organizados pelos funcionários do hospital de Stoke Mandeville. Com o crescimento dos Jogos no ano de 1961 o Comitê dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (*International Stoke Mandeville Games Committee*) foi criado. Este, em 1972, sofre mudanças em sua constituição tornando-se a Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville. (*International Stoke Mandeville Games Federation – ISMGF*). Nos anos 90 a ISMGF tornou-se Federação Internacional de Stoke Mandeville de Esportes em Cadeira de Rodas (*International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation – ISMWSF*) (MIRANDA, 2011).

A difusão do esporte adaptado teve maior proporção após os Jogos de Stoke Mandeville de 1952. O evento passou a seguir a mesma periodicidade dos Jogos Olímpicos. Nas edições dos Jogos Paralímpicos de 1960, de 1964, de 1968 e de 1972, apenas pessoas com lesão medular competiam. Foi só a partir dos Jogos Paralímpicos de 1976 que pessoas com outras deficiências (amputados e pessoas com deficiências visuais) puderam participar (MIRANDA, 2011). Aos poucos, pessoas com outras deficiências também começaram a competir. Conforme o evento foi se expandindo e se popularizando, novas modalidades também foram adicionadas aos Jogos Paralímpicos, como exemplo, a inserção do Rugby em Cadeira de Rodas nos Jogos de 2000 e o Remo que foi incluído nos Jogos de 2008.

A primeira edição dos Jogos Paralímpicos de Verão aconteceu em 1960, em Roma. Participaram do evento cerca de 400 atletas, de 23 países. A Itália

conquistou o primeiro lugar, com 80 medalhas ganhas. Já a primeira edição dos Jogos de Inverno ocorreu em Ornskoldsvik, na Suécia, em 1976, contou com a participação de 198 atletas, de 16 países. A Alemanha terminou em primeiro, com 28 medalhas (CPB, 2019). O movimento paralímpico cresceu de tal maneira que culminou na criação do Comitê Paralímpico Internacional. O número de países e atletas participantes dos Jogos Paralímpicos tanto de verão quanto de inverno aumentou consideravelmente ao longo dos anos e essa tendência de crescimento ainda permanece nos dias de hoje (GROHMANN, 2015).

### 3.2 Esporte Paralímpico no Brasil

O esporte adaptado chegou ao Brasil por meio de duas pessoas, Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Seraphim Del Grande. Ambos conheceram e tiveram contato com a prática do esporte adaptado nos Estados Unidos, onde passaram por um período de reabilitação (MIRANDA, 2011). Naquela época, basquete, natação, arco e flecha ou lançamento de disco ou dardo, eram as modalidades disponíveis nos programas de reabilitação (GROHMANN, 2015). No entanto, no Brasil, as pessoas com deficiência ainda não contavam com o esporte no processo de reabilitação ou como meio de inclusão social (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

O primeiro contato no Brasil, sendo, portanto, o marco inicial do movimento esportivo para pessoas com deficiência, foi através de uma apresentação de equipe de basquete em cadeira de rodas, formada por funcionários com deficiência da Pan American World Airlines, em 1957. Essa apresentação tornou-se possível devido aos contatos mantidos por Sérgio Seraphim Del Grande (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

Em 1958, um ano após o evento, foram criados os primeiros clubes voltados ao esporte para pessoas com deficiência. Em São Paulo, Del Grande fundou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP) e no Rio de Janeiro, Robson Sampaio de Almeida fundou o Clube do Otimismo (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016). No Brasil, o basquete em cadeira de rodas foi a primeira modalidade adaptada praticada (CPB, 2019).

Com o intuito de promover e desenvolver o esporte adaptado no Brasil, bem como, ampliar os contatos internacionais, em 1969 o país faz sua primeira participação internacional nos II Jogos Parapan-Americanos, em Buenos Aires, na Argentina (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

Pereira Junior, Kendhi, Mossmann (2016), acreditam que a importância do CPSP no paradesporto nacional e, conseqüentemente, no movimento paraolímpico, é de uma grandeza única. Pois, foi a partir de sua fundação, e com o passar dos anos, que centenas de entidades foram fundadas e se desenvolveram proporcionando a pessoas com deficiência a prática do esporte.

Devido à grande repercussão de que pessoas com deficiência podiam praticar esportes e que existiam clubes promovendo esportes paralímpicos, surge a necessidade de estruturar o esporte paralímpico brasileiro. Então em 1975, é fundada a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais (ANDE), que tinha como objetivo ajuntar os esportes praticados por atletas com todos os tipos de deficiência e responder por eles à nível nacional. Hoje, a ANDE (atual Associação Nacional de Desporto de Deficientes) fomenta e desenvolve o esporte para pessoas com paralisia cerebral (MIRANDA, 2011). Com o passar dos anos, as deficiências e modalidades passaram a ser categorizadas, dessa forma, foram fundadas, a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – ABRADecAR (1982), a Associação Brasileira de Desporto para Cegos - ABDC (1984), a Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais - ABDEM (1986) e a Associação Brasileira de Desporto para Amputados - ABDA (1990) entre outras (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

O Brasil participou dos Jogos Paralímpicos de Verão pela primeira vez em 1972, em Heidelberg, Alemanha. Naquela ocasião, a delegação brasileira era composta por 20 atletas masculinos, que disputaram medalhas em quatro modalidades (atletismo, natação, basquete em cadeira de rodas e tiro com arco). Porém, o Brasil não conquistou medalhas. Foi em 1976, nos Jogos Paralímpicos de Toronto, no Canadá, os atletas de Bocha, Robson de Almeida e Luis Carlos Coutinho conquistam as duas primeiras medalhas paralímpicas para o Brasil (CPB, 2019; CARDOSO, GAYA, 2014; MIRANDA, 2011). Nos Jogos

Paralímpicos de Inverno, o Brasil estreia sua participação nos Jogos de Sochi, na Rússia em 2014. O snowboarder André Cintra e o esquiador Fernando Aranha compuseram a delegação brasileira (CPB, 2019).

Com o tempo, percebeu-se que o esporte estava sendo desenvolvido de forma não institucionalizada. Não havia nenhum órgão que orientasse e regulamentasse as ações das entidades criadas para sua prática. Também não existiam políticas públicas que garantissem o desenvolvimento do esporte paralímpico e havia muita dificuldade financeira. É nesse contexto que o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é criado em 1995. Os objetivos iniciais eram organizar e planejar a estruturação administrativa e a preparação para o envio da delegação brasileira aos Jogos Paralímpicos de 1996, em Atlanta (BEGOSSI, MAZO, 2016).

Mesmo com uma série de dificuldades e com pouco tempo de existência, o CPB conseguiu cumprir uma de suas funções, a de organizar eventos nacionais, e no mesmo ano de sua fundação, organizou os I Jogos Brasileiros Paradesportivos, em Goiânia (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN 2016). Com o passar dos anos, o CPB contribuiu muito com o fomento ao esporte paralímpico no país, tanto que a fundação do CPB é considerada um dos marcos para o esporte paralímpico brasileiro, principalmente pela difusão do esporte paralímpico no país (PARSONS, WINCKLER, 2012).

A criação do CPB representou um grande avanço para o desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência no país, pois, o fato de ter uma organização em âmbito institucional, contribuiu para haver uma ligação entre as associações, os governos e a iniciativa privada. Dessa forma, os incentivos financeiros poderiam ser maiores (BEGOSSI, MAZO, 2016).

Em 2001, o CPB adotou o modelo internacional, onde eram priorizadas as modalidades e não as deficiências. Isso fez com que a destinação dos recursos passasse a ser por modalidade, promovendo um ganho em escala, pois as confederações passaram a receber mais investimentos e puderam se organizar em sua gestão e distribuição (PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

Foi em 2001 que houve um avanço no que diz respeito ao financiamento do esporte olímpico e paralímpico brasileiro, até então escasso. A lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, também conhecida como Lei Agnelo Piva, prevê que 2% da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país (descontadas as premiações), sejam destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao CPB. Sendo destinado ao COB 85% do valor total e 15% ao CPB. Todavia, em 2015 a porcentagem do repasse foi alterada em virtude da Lei da Inclusão (13.146/2015), a partir dela, o CPB passou a receber 37,04%, e o COB, 62,96%. A lei também determina que, do total arrecadado por essas instituições, 10% deverão ser investidos no esporte escolar e 5% no esporte universitário (CPB, 2019; PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016).

Os recursos oriundos dessa lei, podem ser usados pelas instituições de diferentes maneiras, para recursos humanos, com atletas, com treinamento e competições, com materiais esportivos, com instalações esportivas, despesas administrativas, materiais de saúde, mobiliário, pesquisa e capacitação dentre outras formas (FERREIRA et. al., 2018). O CPB desenvolve em nível escolar, as Paralimpíadas Escolares, que é considerada o maior evento esportivo para atletas com deficiência em idade escolar (12 a 20 anos) do mundo. Essa competição possibilita a multiplicação do conhecimento e colabora com a capacitação de profissionais para trabalhar com crianças com deficiência (CPB, 2019; PEREIRA JUNIOR, KEHDI, MOSSMANN, 2016). O Dia do Atleta Paralímpico e o Camping Paralímpico também são iniciativas que pretendem à capacitação de profissionais e à difusão do esporte paralímpico no Brasil. Existe também Os Seminários Escolares Regionais fazem parte do objetivo para detecção de talentos, uma vez que capacita professores de Educação Física a trabalharem com jovens alunos com deficiência, para que tenham um primeiro contato com o esporte adaptado (CPB, 2019).

Existem outros importantes projetos que o CPB desenvolve, sendo eles: a Academia Paralímpica Brasileira, criada em 2010, que tem como finalidade a formação, capacitação e atualização de profissionais para atuar nas diversas áreas do esporte paralímpico, como gestão esportiva, comunicação e marketing,

classificação funcional, arbitragem, treinamentos, e outras áreas de interesse do esporte paralímpico. E o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, localizado em São Paulo, e conta com instalações esportivas indoor e outdoor que servem para treinamentos, competições e intercâmbios de atletas e seleções em 15 modalidades paralímpicas. Lá também funciona a sede administrativa do CPB, na qual atuam cerca de 260 profissionais de diversas áreas (CPB, 2019).

Outra fonte de renda do esporte paralímpico é por meio do Time São Paulo. Uma parceria feita com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que começou em 2011 e visa avaliar, controlar e executar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas de alto nível vinculados ao estado de São Paulo. Somente em 2019, beneficia 62 atletas e quatro atletas-guia de dez modalidades. Também existe o contrato de patrocínio das Loterias da Caixa. O acordo é que serão repassados R\$ 40 milhões nos dois primeiros anos da parceria. Em 2019, ano dos Jogos Parapan-Americanos de Lima, no Peru, serão investidos outros R\$ 25 milhões. Por fim, em 2020, ano dos Jogos de Tóquio, o patrocínio das Loterias Caixa chega à casa dos R\$ 30 milhões no esporte paralímpico (CPB, 2019).

Atualmente, as políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil estão em nível municipal e estadual específicas de cada região por meio de bolsas e incentivos - aos quais cabe aos atletas e instituições estarem atentos (para captação de recursos). Em relação às políticas públicas ofertadas pelo Ministério do Esporte, em nível federal, três ações se destacam: Lei Agnelo Piva, Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa Atleta. A lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, conhecida como Lei de Incentivo Fiscal, permite que sejam feitas deduções fiscais para o investimento no fomento de atividades esportivas através de patrocínios ou doações. As deduções fiscais poderão ser de até um por cento para pessoas jurídicas e de até seis por cento para pessoas físicas. Para os interessados, é necessário a elaboração de um projeto com as intenções que deve ser encaminhado ao Ministério do Esporte. Se aprovado, a entidade

deverá captar o dinheiro em empresas. Após a captação a proposta inicial deve ser cumprida e deve haver a prestação de conta dos gastos e das atividades. O programa bolsa atleta, instituído pela lei nº 10.891, de 2004, tem o objetivo de auxiliar financeiramente os atletas do esporte de alto rendimento, vinculados às modalidades olímpicas e paralímpicas, variando o valor de acordo com o nível esportista do mesmo. No momento, o programa contempla as seguintes categorias de bolsas: I – Estudantil; II – Nacional; III – Internacional; IV – Olímpico e Paralímpico; V- Base e VI – Pódio (REIS, MEZZADRI, SILVA, 2017).

Além de organizar a participação do país em competições continentais, mundiais e jogos paralímpicos, atualmente o CPB desempenha a função de confederação, organizando o calendário de competições de quatro modalidades. E também possui quatorze entidades filiadas com quem promove o desenvolvimento e ajuda na organização do calendário dos demais esportes paralímpicos (CPB, 2019).

A participação brasileira em Jogos Paralímpicos teve uma significativa mudança após a criação do CPB. O Brasil melhorou progressivamente sua participação, passou a ser representado em um número de modalidades maior conseqüentemente, aumentando os atletas participantes que compõem a delegação (PARSONS, WINCKLER, 2012). Isso se refletiu no desempenho brasileiro, sendo, o melhor desempenho do Brasil nos Jogos Paralímpicos até o momento, em relação à colocação no quadro geral de medalhas em Londres 2012. A delegação brasileira terminou os Jogos em 7º lugar no ranking geral, com 43 medalhas, sendo 21 delas de ouro, 14 de prata e 8 de bronze. A melhor participação em relação ao número de medalhas, aconteceu no Rio 2016. No total, foram 72, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze. Nessa, o país terminou na oitava colocação no quadro geral. Ao todo, as 12 participações em Jogos Paralímpicos de Verão, renderam ao Brasil 302 medalhas, das quais, 87 são de ouro, 112 de prata e 103 de bronze (CPB, 2019).

### 3.3 Classificação funcional

Devido à procura por pessoas com diversas deficiências, e pelo contexto de esportes de alto rendimento e competitividade, tornou-se necessário um

sistema que assegurasse a participação das pessoas com deficiências, independente da natureza e do grau da deficiência e que pudessem competir de maneira justa (CARDOSO, GAYA, 2014; GROHMANN, 2015). Como consequência, surgiu no Esporte Paralímpico a classificação funcional, que tem como objetivo, nivelar os atletas entre aspectos de capacidade física e competitiva, de maneira a colocar as deficiências semelhantes ou funcionalidades de movimento em grupos determinados (CARDOSO, GAYA, 2014; GROHMANN, 2015; FREITAS, SANTOS, 2012). A classificação visa organizar os atletas em classes para que possam competir em condições de paridade funcional, tornando a competição mais justa.

Cada esporte paralímpico decide sobre seu próprio sistema de classificação, com base nas habilidades funcionais que afetam diretamente o desempenho dos atletas para performance básica do esporte escolhido (FREITAS, SANTOS, 2012). Exemplo, um atleta que pratica algum esporte de cadeira de rodas deve ter habilidade para movimentar a cadeira de maneira ágil, ter certo grau de mobilidade de tronco etc.

Quando um atleta começa a competir, ele é colocado em uma classe, porém, a classificação é um processo contínuo e a classe inicial pode ser revista ao longo da carreira. As classes são estabelecidas através de uma banca de classificação que deve ser composto por três profissionais da área da saúde: médico, fisioterapeuta e profissional da educação física. O processo de classificação possui três estágios: avaliação médica (relacionada à especificidade da deficiência), funcional (relacionada à especificidade do esporte) e técnico (através de observação dentro e fora de competição, no ambiente esportivo). (FREITAS, SANTOS, 2012; CARDOSO, GAYA, 2014). Tradicionalmente, no movimento paralímpico, existem atletas que são alocados em seis grupos diferentes de deficiência, sendo elas: paralisia cerebral, amputados, deficiência visual, lesões medulares, deficiência intelectual e *les-autres* (todos aqueles que não se enquadram nos demais grupos) (CARDOSO, GAYA, 2014).

O surgimento do sistema de classificação funcional foi de importância crucial no desenvolvimento das modalidades paralímpicas pois, além de nivelar os atletas no que diz respeito aos aspectos competitivos, garantiu direitos e condições de igualdade, minimizando assim as injustiças dentro do esporte paralímpico (CARDOSO, GAYA, 2014).

O movimento tem crescido de maneira significativa nos últimos anos e os Jogos Paralímpicos são considerados um grande evento de esporte de alto rendimento. Prova disso, é o crescente aumento da quantidade de atletas e de países participantes. Na segunda edição dos Jogos Paralímpicos (Roma, 1960), 400 atletas de 17 países participaram. No Rio 2016, foram mais de 4 mil atletas, de 176 países (CPB, 2019). Atualmente, 22 modalidades fazem parte Jogos Paralímpicos de verão, sendo elas: atletismo, badminton, basquete em cadeira de rodas, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remos, rugby em cadeira de rodas, taekwondo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo e vôlei sentado. E seis modalidades compõem o programa dos Jogos Paralímpicos de inverno, são elas: esqui alpino, snowboard, esqui cross-country, biatlo, hóquei sobre trenó e curling em cadeira de rodas (CPB, 2019).

Conforme já visto, o Rugby em Cadeira de Rodas (RCR) é uma das modalidades de esporte coletivo participante dos Jogos Paralímpicos. Pelo nome, é possível interpretar que o RCR seja uma adaptação do rugby de campo, mas, não é. O Rugby em Cadeira de Rodas possui muitos elementos de outras modalidades como, handebol, hóquei sobre o gelo, futebol americano e basquetebol (PENA, 2018). A modalidade surgiu como uma alternativa para pessoas com limitações nos membros superiores e que devido ao alto grau de comprometimento, tinham desvantagem no Basquete em Cadeira de Rodas (SOUZA, 2018; CAMPEAO, 2011).

## 4. RUGBY EM CADEIRA DE RODAS

### 4.1 Origem

Em 1977, na cidade de Winnipeg no Canadá, um grupo de jogadores com tetraplegia que praticavam Basquete em Cadeira de Rodas (BCR) criaram o Rugby em Cadeira de Rodas. Eles buscavam um novo esporte que abrangesse seu tipo de lesão e comprometimento motor, pois haviam poucas possibilidades no BCR (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). Antes de ser conhecido como Rugby em Cadeira de Rodas, o esporte em seu início, teve o nome de Murderball, no entanto, esse nome remetia à violência e, portanto, foi rebatizado e passado a ser chamado de *Wheelchair Rugby* ou como *Quad Rugby* (PORRETA, 2012; GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

A modalidade até então recém-criada teve sua primeira aparição internacional em 1979, nos Estados Unidos, em uma universidade (*Southwest State University*) do estado de Minnesota (SOUZA, 2018). A primeira equipe de RCR nos EUA surgiu em 1981 e rapidamente o esporte se tornou conhecido (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). O primeiro torneio internacional de RCR ocorreu em 1982, entre as equipes do Canadá e dos EUA. Nos anos seguintes, o RCR difundiu-se em outros países. E foi em 1989, a primeira vez que uma equipe de outro continente, a equipe da Grã-Bretanha, jogou com as equipes do Canadá e EUA (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

Em 1990, o RCR foi apresentado em caráter de demonstração nos Jogos Mundiais de Cadeiras de Rodas (*World Wheelchair Games*) em Stoke Mandeville. Nesse evento, participavam modalidades esportivas de Cadeira de Rodas e o fato do RCR ter participado impulsionou o crescimento e a popularização do esporte internacionalmente (SOUZA, 2018). Em 1993, existiam equipes de 15 países que participavam ativamente de competições da modalidade. Foi nesse contexto que o RCR foi reconhecido oficialmente como um esporte para os atletas com deficiência física (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; SOUZA, 2018). Nesse mesmo ano, a Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (*International Wheelchair Rugby Federation - IWRF*), principal organização gestora da modalidade, foi criada e reconhecida

pela Federação Internacional de Esportes em Cadeiras de Rodas de Stoke Mandeville (*International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation - ISMWSF*) conhecida hoje como *International Wheelchair and Amputee Sports – IWAS* (SOUZA, 2018). Souza (2018) traz que em janeiro de 2010, a IWRF tornou-se uma federação desportiva independente e agora é membro do Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

A década de 90 foi muito importante para o desenvolvimento da modalidade. O Rugby em Cadeira de Rodas foi oficialmente reconhecido como modalidade paralímpica pelo IPC no ano de 1994. No ano seguinte, aconteceu o primeiro Campeonato Mundial de Rugby em Cadeira de Rodas, em Nottwil, na Suíça e contou com a participação de oito equipes (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). Em 1996, nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, o RCR participou como modalidade de demonstração com seis países participantes. No ciclo seguinte, no ano de 2000, na Paralimpíadas de Sydney, o RCR foi incorporado às Paralimpíadas e a competição foi disputada valendo medalhas. Desde então, o RCR participa das Paralimpíadas (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; SOUZA, 2018).

Atualmente, a IWRF conta com 30 países compondo o ranking mundial, ou seja, países que possuem o esporte consolidado e participam das competições oficiais. Em 27 países, o esporte está em desenvolvimento, três desses estão na América do Sul (Equador, Peru e Uruguai) (IWRF, 2019). As competições existem em diferentes níveis. Em nível internacional acontece: o Campeonato Mundial, organizado pela IWRF a cada quatro anos (PORRETA, 2004); os Campeonatos Regionais, onde a seleção de cada país joga com as demais seleções de sua região (Américas, Europa, Ásia e Oceania) e as Paralimpíadas. Existe também algumas competições com o caráter de promover o desenvolvimento do esporte, sem valerem pontuação para o ranking mundial (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

## 4.2 Classificação funcional

Inicialmente, o Rugby em Cadeiras de Rodas foi criado para possibilitar que pessoas com lesão medular em nível cervical, pudessem praticar alguma modalidade. Ou seja, apenas pessoas com tetraplegia eram elegíveis para a modalidade (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; PENA, 2018). Tanto, que o primeiro sistema de classificação era baseado em diagnósticos médicos e níveis de lesão na medula espinhal e havia apenas três classes esportivas (SOUZA, 2018). Porém, atualmente, pessoas em quadros de comprometimento motor equivalente ao de tetraplegia, ou seja, que acometa pelo menos três membros, também podem jogar a modalidade. Pessoas com amputações, distrofia muscular, sequelas de poliomielite, alguns casos de paralisia cerebral, alguns quadros de deformidades congênitas, entre outros quadros, onde ocorre a perda na funcionalidade de membros inferiores e superiores (tetra equivalência), são elegíveis para praticar RCR (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; PENA, 2018). A tetraplegia é o quadro mais comum dos atletas de RCR brasileiros (ABRC, 2019).

Conforme visto, cada modalidade paralímpica possui um sistema de classificação próprio, onde os atletas são classificados de acordo com sua capacidade funcional, com o objetivo de garantir o equilíbrio de uma competição (CAMPEÃO, 2011). No processo de classificação do RCR, são realizados testes de força muscular, que segundo Gorla, Campana, Campos (2012), incluem exames para verificar a motricidade dos membros superiores e seus grupos musculares, além de verificar a existência ou não de controle da musculatura do tronco. Cada grupo muscular avaliado recebe uma pontuação de acordo com a motricidade (quanto maior a motricidade, maior a nota); testes de habilidades específicas e criteriosa observação em quadra (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; PENA, 2018).

Os testes motores servem para estipular um perfil para o atleta, dando a ele uma classe inicial. Posteriormente, quando são observados em quadra, a classificação inicial pode ser confirmada ou ajustada. De forma a manter a transparência, durante o processo de classificação, é permitido ao atleta

avaliado estar sempre acompanhado por um membro de sua equipe (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

O processo de classificação é o mesmo para homens e mulheres. Após as etapas, o atleta recebe uma classificação esportiva. No RCR, existem sete classes esportivas: 0,5; 1,0; 1,5; 2,0; 2,5; 3,0; 3,5. Sendo, o atleta classificado na 0.5, o com maior comprometimento motor e o da 3.5 o atleta com menor comprometimento motor. É comum ouvir no esporte, os atletas se chamarem de atletas “ponto alto”, “ponto médio” ou “ponto baixo” referindo-se as classes em que estão inseridos. Sendo assim, ponto baixo, referente as classes 0.5, 1.0 e 1.5; ponto médio, 2.0 e 2.5 e ponto alto, 3.0 e 3.5 (CAVALLI, 2017; SOUZA, 2018; GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

Gorla, Campana, Campos (2012) apontam que um atleta pode ser reclassificado quantas vezes forem necessárias até que ele receba a mesma classificação por três vezes seguidas para então ser considerada como definitiva. Após a classificação ser definitiva ela não poderá mais ser alterada ou sujeita a protestos. Portanto, torna-se importante que a banca de classificadores seja sempre composta por classificadores do mesmo nível ou de nível superior ao da banca anterior.

De acordo com a funcionalidade, os atletas desempenham funções específicas durante o jogo. Os atletas com classificação entre 0.5 e 1.5 geralmente são considerados atletas de defesa, onde, segundo Pena (2018), realizam ações sem bola, auxiliando na progressão do ataque com bloqueios. Os atletas com classificação entre 2,0 e 3,5, por possuírem maior funcionalidade, segundo Pena (2018) são aqueles que manipulam a bola, durante o ataque. Para cada função existe uma cadeira específica, que são conhecidas como cadeiras de defesa e cadeiras de ataque (CAVALLI, 2017; GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). A somatória das classes em quadra não pode ultrapassar oito pontos. Contudo, para cada atleta do sexo feminino e atleta do sexo masculino com idade igual ou superior a 45 anos em quadra, acresce-se 0.5 ao limite inicial de pontos da equipe. Um exemplo pode ser: uma equipe que entra em quadra com uma mulher pode somar 8.5 pontos (CPB, 2019).

### 4.3 Jogo

O Rugby em Cadeira de Rodas é uma modalidade mista. Cada equipe pode ser formada por no máximo 12 jogadores, sendo quatro jogadores em quadra e oito reservas (PENA, 2018). A quantidade de reservas em relação aos titulares, é explicada pela intensidade das colisões que acontecem durante o jogo, sendo necessária constantes substituições (CAMPEAO, 2011; PASINI, 2010). Não existe limite para substituições. Contudo, conforme já citado, a soma das pontuações dos quatro atletas em quadra não pode exceder a 8 pontos. Caso isso aconteça, a equipe que cometeu o equívoco é penalizada (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

O objetivo do jogo é o atleta ultrapassar a linha do gol adversário, que fica no fundo da quadra, delimitada por dois cones afastados 8 metros um do outro. Para que o objetivo seja cumprido, é preciso que o atleta cruze a linha do gol com as duas rodas da cadeira, e deve estar, obrigatoriamente, com a bola em posse (CAVALLI, 2017; CAMPEAO, 2011). A bola usada no RCR é semelhante à bola de voleibol, pois, a bola redonda permite que atletas mais comprometidos possam pega-la e ter maior domínio sobre ela (CAVALLI, 2017; GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

Uma partida de RCR é disputada em quatro períodos de oito minutos cada. Há 2 minutos de intervalo entre o primeiro e o segundo período e o terceiro e quarto período. Entre o segundo e o terceiro período (metade do jogo) há um intervalo de 5 minutos. Cada equipe tem o direito de pedir quatro tempos de 30 segundos (desde que a equipe tenha o domínio da bola) e o banco de reservas de pedir dois tempos de um minuto durante toda a partida (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). Não existe empate, caso a partida termine empatada, tem-se a prorrogação, que são períodos de 3 minutos cada, separados por intervalos de 2 minutos, até que a partida desempate (CAVALLI, 2017; PENA, 2018). De acordo com as regras da modalidade, toda vez que a bola para, seja por falta, por ter saído de quadra, pedido de tempo, por ter sido gol ou qualquer outro motivo que o árbitro julgue necessário, o cronômetro regressivo também para (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

O RCR diferente do Rugby de campo, é jogado em quadra de piso rígido, com as mesmas dimensões da quadra oficial de basquete: 15 metros de largura por 28 metros de comprimento e possui um círculo central e uma área-chave junto de cada um dos gols, que medem 1,75m por 8m (CAMPEAO, 2011; PASINI, 2010; CAVALLI, 2017). Gorla, Campana, Campos (2012) apontam que a quadra semelhante à de basquete possibilita maior número de possíveis locais para a prática da modalidade.

O início da partida é como no basquete, onde dois atletas que estão no círculo central disputam a bola que é lançada pelo árbitro. Para atingir o objetivo do jogo, os atletas podem conduzir a bola sobre as coxas, passá-la para um companheiro de equipe ou quicá-la. Uma das regras do jogo é que o atleta pode ter posse de bola por tempo indeterminado, porém, precisa quicar a bola ao menos uma vez a cada 10 segundos, caso contrário perde a posse da bola. Outra regra é que a equipe que tem a posse da bola não pode demorar mais de 12 segundos para passar do campo de defesa para o campo de ataque (campo adversário) estando lá possui 40 segundos para finalizar a jogada. Tal regra mostra como o RCR possui um caráter dinâmico e ofensivo do jogo (CAMPEAO, 2011). Uma vez que o atleta que esteja com a posse da bola em direção ao ataque, não é permitido que ele volte com a bola para sua quadra de defesa. Caso isso aconteça a posse de bola passa a ser da outra equipe. Gorla, Campana, Campos (2012) citam que em algumas situações de jogo, o adversário pode usar a estratégia de “forçar” o atleta que está com a bola a voltar para sua quadra de defesa, fazendo com que ele cometa a falta e perca a posse de bola.

Outras regras básicas do jogo são: os jogadores de ataque não podem ficar dentro da área-chave por mais de dez segundos e os quatro jogadores de defesa não podem ficar ao mesmo tempo nessa área. O contato entre as cadeiras de rodas é liberado, desde que não seja feito na metade traseira da cadeira, mas, não pode haver contato entre os atletas e as cadeiras ou entre atletas, caso aconteça é considerado falta. É normal durante o jogo acontecerem quedas devido ao contato entre cadeiras, no entanto, se o atleta caído estiver em situação de perigo para sua integridade física o árbitro interrompe o jogo. No

geral, as infrações cometidas pela equipe atacante são punidas com a perda da posse de bola e da equipe de defesa é punida com o jogador que cometeu a falta cumprindo um minuto de penalidade ou até que sua equipe sofra um gol (PENA, 2018; CAMPEAO, 2011; GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

O RCR é considerado um esporte dinâmico e ofensivo. A modalidade possui ações como passes, dribles, fintas, proteção do companheiro, bloqueios, que são realizadas de forma constante e intensa, comuns em modalidades como Hóquei no Gelo, Futebol Americano, Rugby de Campo e Basquete. No RCR é fundamental que os atletas tenham habilidade para impulsionar a cadeira, agilidade para manusear a bola, ter domínio de acelerar, frear e direcionar a cadeira, permitindo manobras com velocidade e destreza. O jogador pode arremessar com uma ou duas mãos, depende do nível da lesão e de habilidade. No caso de atletas que não têm controle total das mãos, a pegada, ou rebatida da bola pode ser feita com as duas mãos fechadas, punhos ou antebraço (CAMPEAO, 2011).

A cadeira de rodas usada para prática da modalidade é diferente da cadeira que os atletas utilizam no dia-a-dia. No RCR, possuem cadeiras de dois tipos: as de ataque e as de defesa. A cadeira de defesa tem um acessório na sua parte frontal para ajudar a travar e impedir a progressão dos adversários, as cadeiras de ataque não têm esses acessórios e sim uma espécie de para-choque e um tipo de asas para dificultar que fiquem presas (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012). Inicialmente, o atleta pode escolher em qual tipo de cadeira ele quer treinar, jogar e se desenvolver na modalidade. Entretanto, Gorla, Campana, Campos (2012) trazem que é válido lembrar que as principais características táticas de um atleta com pontuação baixa é a defesa e sua atuação dentro de quadra será mais eficiente se ele estiver utilizando uma cadeira de defesa. O mesmo se aplica aos atletas de pontuação alta, uma vez que as cadeiras de ataques são muito mais difíceis de serem travadas do que as de defesa.

Como já visto anteriormente, a prática de exercício físico seja com fins recreativos ou esportivos, pode colaborar no processo de reabilitação de

pessoas com deficiência, ao modificar a maneira pela qual eles percebem a si mesmo, e o modo pelo qual a sociedade o percebe, desta forma, o RCR é capaz de promover benefícios aos atletas. Portanto, alguns cuidados são necessários durante a prática do esporte, seja no contexto de competição ou de treino. Tais como, borrifador de água que deve ser sempre usado para ajudar a resfriar os atletas pois muitos não transpiram devido a disfunção do sistema de regulação térmica. É importante que os atletas tenham garrafas de água sempre à disposição para se hidratarem. Outro material essencial para prática são as faixas para fixar o atleta ao assento de sua cadeira, as luvas para proteção das mãos (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012).

#### 4.4 Rugby em Cadeira de Rodas no Brasil

O Rugby em Cadeira de Rodas chegou ao Brasil em 2005, na cidade do Rio de Janeiro, quando aconteceu a realização dos Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas, também conhecido como Tributo à Paz (PENA et. al., 2014; RUGBY [2015?]; SANT'ANNA, 2009). Segundo Gorla, Campana, Campos (2012) essa competição é a mais antiga do paradesporto e contou com o apoio e reconhecimento das extintas, *Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation* (ISMWSF) e Federação Internacional de Esportes para Deficientes (ISOD), atual Federação Internacional do Esporte para Amputados e Cadeirantes (*International Wheelchair and Amputee Sports Federation – IWAS*). Essas duas entidades participaram na fundação do IPC.

As primeiras equipes brasileiras surgiram pouco tempo depois, na cidade do Rio de Janeiro, o Rio Quadrugby Clube e o Guerreiros da Inclusão. Apesar das expectativas, após tal competição, o RCR brasileiro teve um período de letargia, com poucos jogos e promoção de eventos entre as duas equipes. A modalidade estava sem perspectivas de desenvolvimento e expansão em território nacional (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; RUGBY [2015?]). Esse quadro se manteve até março de 2008, quando foi criada a Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC). A ABRC é a organização sem fins lucrativos responsável pelo Rugby em Cadeira de Rodas no Brasil. É filiada ao CPB e a IWRF. Tem como objetivo de desenvolver, organizar e administrar a

modalidade em nível nacional, além disso, deve promover campeonatos regionais, estaduais e nacionais, investir na formação de novas equipes no país, com o intuito de fomentar a modalidade e novas oportunidades a atletas (PENA et. al. 2014; SOUZA, 2018; CPB, 2019).

Logo após sua criação a ABRC passou a realizar ações com o objetivo de aumentar o número de equipes e profissionais envolvidos com a modalidade. Sendo uma delas, fundar oficialmente a terceira equipe de RCR do Brasil (Unicamp-Adeacamp) na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além disso, também promoveu campeonatos, apresentações em eventos e clínicas de formação de árbitros e classificadores funcionais entre outras ações (RUGBY [2015?]). O primeiro Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas aconteceu em dezembro de 2008 em Niterói, no Rio de Janeiro e contou com a participação de três equipes. Em 2009, aconteceu o segundo Campeonato Brasileiro de RCR, na cidade de Paulínia, em São Paulo e teve a participação de cinco equipes. A edição de 2010, foi realizada na cidade de Ceilândia, no Distrito Federal (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; PRATES, 2012; RUGBY [2015?]). Esse campeonato acontece anualmente até hoje.

Segundo a ABRC, em seu primeiro ano, em parceria com o CPB, participou do Torneio Pré-Paralímpico Canadá Cup 2008 onde representou o Brasil na Assembléia Geral da IWRF, firmando a credibilidade do Brasil junto à entidade internacional. O primeiro campeonato internacional foi no primeiro torneio nas Américas, o Torneio Maximu's, na Colômbia, realizado em novembro de 2008 (ABRC, 2019). Nesse mesmo período, com o esforço e dedicação da ABRC e dos próprios atletas, foi formada a Seleção Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas. Em 2009, com treinamento regular e permanente, a Seleção Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas pôde definir quais seriam suas estratégias (ABRC, 2019). A seleção brasileira passou a participar dos Jogos Parapanamericanos, disputados em Toronto, em 2015 (PENA, 2018).

Foi no Rio de Janeiro em 2016 que a seleção brasileira estreou nos Jogos Paralímpicos. O Brasil ficou em oitavo lugar, saiu sem vencer, mas

mostrou grande evolução para uma modalidade que tinha apenas oito anos de existência no país naquela época. O recorde mundial de público da modalidade aconteceu nesses Jogos, com 12.500 pessoas assistindo à final (ABRC, 2019).

Atualmente, no Brasil existem 11 equipes filiadas à ABRC, mas, no ranking nacional, há 14 times (ABRC, 2019). No ranking mundial, entre 30 países, o Brasil ocupa a 10ª colocação. Dentre os principais campeonatos internacionais, além das Paralimpíadas, o Brasil participa dos Campeonatos Mundiais e Regionais (Américas, Europa, Ásia e Oceania). O principal campeonato nacional é o Campeonato Brasileiro, que acontece anualmente. Nesse momento, o Brasil está classificado para os Jogos Parapan-Americanos de 2019, que acontecerá em Lima, no Peru e contará com a participação de 28 países.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto acadêmico, os estudos sobre RCR ainda são poucos, isso dá margem para inúmeras possibilidades quanto à pesquisa da modalidade. No momento em que mais estudos surgirem, irão não só colaborar com o desenvolvimento da modalidade em questões técnicas, táticas, sociais, psicológicas, fisiológicas, educacionais, mas também com sua popularização, de forma a tornar a modalidade cada vez mais conhecida.

O Rugby em Cadeira de Rodas é considerado uma das modalidades com maior crescimento desde que está no programa dos Jogos Paralímpicos (PENA et. al., 2014). Todavia, ainda existe um longo caminho para ser percorrido no processo de desenvolvimento da modalidade, já que aqui ela ainda não atingiu um nível como o dos países “potência”. Isso se deve a diversos fatores como: tempo da prática do esporte no país, interesse das pessoas pela prática, divulgação da modalidade, financiamento da modalidade etc. Por isso, a formação de novas equipes e valorização dos atletas com deficiência parece ser um bom caminho para o país seguir, bem como, a disseminação do esporte, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a modalidade ainda é pouco conhecida (RUGBY [2015?]). Ciente dessa demanda, a ABRC, afirma que atualmente o foco da instituição é levar a modalidade para essas regiões do país. A proposta é visitar instituições e clubes interessados em receber palestras e treinamentos.

O desenvolvimento da modalidade pode acontecer no contexto escolar, pois para iniciar a prática de RCR é simples. É necessária uma quadra com as dimensões da quadra de basquete demarcada, cones, bola de vôlei, e para começar a jogar, qualquer cadeira de rodas manual pode ser usada, embora o jogo se torne muito mais fácil e mais seguro em cadeira de rodas esportivas que são muito mais leves (GORLA, CAMPANA, CAMPOS, 2012; CAMPEAO, 2011). Campeão (2011) aponta que muitas equipes e jogadores iniciam a prática utilizando cadeira de rodas do basquetebol, por ser mais fácil.

## REFERÊNCIAS

- ABRC, Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Roda, 2019.
- ALVES, M. L. T. et al. A PESQUISA EM ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA: OBJETOS DE ESTUDO E METODOLOGIAS. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 20, n. 1, p.53-60, 31 mar. 2017.
- ARAUJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BARROZO, A. F. et al. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.16-28, 2012.
- BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 10, p.2989-2997, out. 2016
- BORGES, F. P. et. al. Futebol e basquete: adaptações de regras para o ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 12, n. 112, Set. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd112/futebol-e-basquete-para-alunos-com-necessidades-especiais.htm>>
- BRAZUNA, M. R.; MAUERBERG-DECASTRO, E. M. A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento. Uma Revisão da Literatura. **Motriz**, (n.i), v. 7, n. 2, p.115-123, 2001.
- BUSTO, M. R. **A deficiência e o esporte paraolímpico**. VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/222-2011.pdf>>.
- CAMPEAO, M S. **O esporte paraolímpico como instrumento para a moralidade das práticas em saúde pública envolvendo pessoas com deficiência - uma abordagem a partir da bioética da proteção**. 2011. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
- CARDOSO, V D; GAYA, A C. A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ESPORTE PARALÍMPICO. **Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**, Campinas, v. 12, n. 2, p.132-146, abr. 2014.

CASTRO, E. M. Atividade Física Adaptada. 2ª ed. SP: Tecmedd, 2007. 555p.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do esporte adaptado. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p.529-539, 2011.

CAVALLI, L. F. S. **CARACTERIZAÇÃO DA CURVA CINÉTICA DE TEMPERATURA EM ATLETAS DE RUGBY EM CADEIRA DE RODAS**. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CIVATTI, C. Ciclismo. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 93-104.

COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o Esporte Paralímpico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p.15-20.

CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro, 2019.

FERREIRA, A. C. D. et al. FINANCIAMENTO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: CONVÊNIOS. **Br. J. Ed., Tech. Soc.**, S.n, v. 11, n. 1, p.22-36, jan. 2018.

FREITAS, P.; SANTOS, S.S. Fundamentos Básicos da Classificação Esportiva para Atletas Paralímpico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p.45-49.

GORLA, J. I.; CAMPANA, M. B.; CAMPOS, L.F.C.C. Rugby em Cadeira de Rodas. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p.237-245.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada. Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri/São Paulo: **Malone**, 2005.

GROHMANN, L. S. **UMA VISÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ADAPTADO E DO MOVIMENTO PARALÍMPICO**. 2015. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

IWRF, International Wheelchair Rugby Federation. Rankings. 2019. Disponível em: [http://www.iwrf.com/?page=iwrf\\_rankings](http://www.iwrf.com/?page=iwrf_rankings)

LABRONICI, R. H. D. D. et al. Esporte como fator de integração do deficiente físico na sociedade. **Arq. Neuropsiquiatr.**, São Paulo, v. 58, n. 4, p.1092-1099, Dec. 2000.

MARQUES, R.D.; ALVES, M.A.F. Basquete em Cadeira de Rodas. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 75 - 82

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.365-377, dez. 2009.

MIRANDA, T. J. **Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história**. 2011. 330 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PACIOREK, M.J. Esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.37-52

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 3-14.

PASINI, G. M. **O processo de desenvolvimento na trajetória do desporto paraolímpico brasileiro**. 2010. 263 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010

PENA, L. G. S. In: OLIVEIRA, A. F. S.; HAIACHI, M. C. (Org.). **Ciclo de Debates em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos. Diferentes Olhares Sobre os Jogos Rio 2016: a Mídia, os Profissionais e os Espectadores (Volume II)**. Sergipe: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2018. 376 p. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/ciclo-de-debates-em-estudos-olimpicos-e-paraolimpicos-diferentes-olhares-sobre-os-jogos-rio-2016-a-midia-os-profissionais-e-os-espectadores/>

PEREIRA JUNIOR, D.; KEHDI, P.; MOSSMANN, K. (Ed.). **O Legado Paulista ao Esporte Paralímpico**. São Paulo: Áurea Editora, 2016. 132 p. Vários colaboradores. Realização: ADD - Associação Desportiva para Deficientes. Disponível em: <http://livrolegado.aureaeditora.com.br/edicao-digital/>

PORRETTA, D. L. Esportes coletivos. In: WINNICK J. P, LOPES F. A, tradutores. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: APONTAMENTOS GERAIS. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 21, n. 1, p.58-69, abr. 2017.

RUGBY em cadeira de rodas. Inteligência esportiva. Paraná: IE [2015?]. Disponível em [http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site\\_api/arquivos/rugby.pdf](http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site_api/arquivos/rugby.pdf).

SCHEID, L.; ROCHA, E. A. Organização Administrativa do Desporto Paralímpico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 35-42.

SILVA, B. V. **JOGOS DESPORTIVOS COLETIVOS ADAPTADOS EM CADEIRA DE RODAS: possibilitando competências**. 2008. 100 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SIMIM, M. A. M. et al. O estado da arte das pesquisas em esportes coletivos para pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. **Arquivos de Ciências do Esporte**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.5-10, 16 jun. 2018.

SOUZA, M. F. **DESEMPENHO MOTOR EM ATLETAS PRATICANTES DE RUGBY EM CADEIRA DE RODAS**. 2018. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

VALENTIM, R.; CHIARELLO, B. Vela. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 227-236  
WINNICK, J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri: Manole, 2004.